Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Raquel Sofia Costa Ribeiro

Bystanders no ciberassédio entre adolescentes: Uma revisão sistemática de evidência qualitativa

junho de 2025

Bystanders no ciberassédio entre adolescentes: Uma revisão sistemática de evidência qualitativa

Raquel Ribeiro

UMinho | 2025

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Raquel Sofia Costa Ribeiro

Bystanders no ciberassédio entre adolescentes: Uma revisão sistemática de evidência qualitativa

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professora Doutora Marlene Matos

junho de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

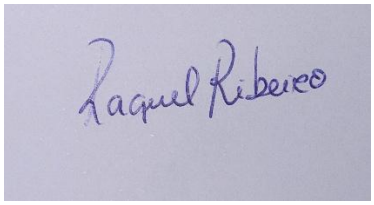
Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Universidade do Minho, 16/06/2025

Assinatura:



Agradecimentos

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o contributo e apoio de várias pessoas, às quais expresso o meu mais profundo agradecimento.

À Professora Doutora Marlene Matos, pela orientação rigorosa, disponibilidade constante, conselhos valiosos e incentivo ao longo de todo este percurso.

À Arminda Maria Vale e à Delfina Fernandes, pela ajuda generosa, disponibilidade e apoio em momentos-chave deste processo.

Aos meus pais e ao meu irmão, por todo o amor, por me terem feito quem sou e por estarem sempre ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis. Aos meus avós, pelo carinho, pelas palavras sábias e por nunca duvidarem de mim. Ao resto da minha família, por terem tornado os últimos cinco anos mais leves, felizes e cheios de amor. Ao meu noivo, pelo apoio incondicional, pela paciência, por acreditar em mim todos os dias e por caminhar a meu lado e tornar o meu mundo mais bonito.

A todos, o meu sincero obrigado.

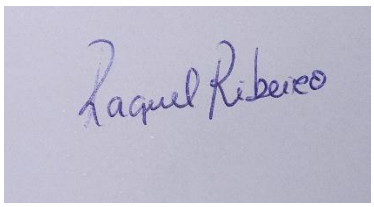
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 16/06/2025

Assinatura:



Bystanders no ciberassédio: Uma revisão sistemática de evidência qualitativa

Resumo

A rápida expansão das novas tecnologias digitais expõe os adolescentes a novas formas de violência, nomeadamente o ciberassédio. Os *bystanders* (testemunhas) podem agravar ou travar este tipo de agressão, mas a sua atuação permanece pouco compreendida. Este estudo consiste numa revisão sistemática da literatura de metodologia qualitativa, com o objetivo de compreender como os *bystanders* adolescentes no ciberassédio reagem face a este novo tipo de violência e que fatores orientam as suas decisões de intervir, apoiar a vítima, o agressor, ou permanecer passivos. Seguindo as diretrizes PRISMA, em dezembro de 2024 foram realizadas pesquisas em três bases internacionais (Web of Science, PubMed e Scopus), tendo sido incluídos dez estudos publicados em Português, Espanhol ou Inglês. Todos foram avaliados quanto à sua qualidade metodológica. A análise temática revelou uma predominância de comportamentos passivos, associados ao medo de retaliação e à ambiguidade da situação. Também foram identificadas intervenções pró-vítima, motivadas por empatia, proximidade relacional e sentido de justiça. Comportamentos pró-agressor, embora menos frequentes, surgiram associados à pressão dos pares. Fatores como o anonimato digital e normas permissivas dos grupos influenciam as reações dos adolescentes. Estes resultados sustentam a necessidade de estratégias educativas que promovam competências socioemocionais e atitudes pró-sociais *online.*

Palavras-chave: Ciberassédio, Adolescentes, *bystanders*/testemunhas; revisão sistemática; métodos qualitativos

Bystanders in cyberbullying among adolescents: A systematic review of qualitative evidence

Abstract

The rapid expansion of new digital technologies exposes adolescents to new forms of violence, particularly cyber-harassment. Bystanders (witnesses) can aggravate or stop this type of aggression, but their role remains poorly understood. This study consists of a systematic review of the literature using a qualitative methodology, with the aim of understanding how adolescent bystanders in cyberharassment react to this new type of violence and what factors guide their decisions to intervene, support the victim or the aggressor, or remain passive. Following the PRISMA guidelines, searches were carried out in December 2024 on three international databases (Web of Science, PubMed and Scopus), including ten studies published in Portuguese, Spanish or English. All were assessed for their methodological quality. The thematic analysis revealed a predominance of passive behaviors, associated with fear of retaliation and the ambiguity of the situation. Pro-victim interventions were also identified, motivated by empathy, relational closeness and a sense of justice. Pro-aggressor behaviors, although less frequent, were associated with peer pressure. Factors such as digital anonymity and permissive group norms influence adolescents' reactions. These results support the need for educational strategies that promote socio-emotional skills and pro-social attitudes online.

Keywords: cyberbullying; adolescents; bystanders/witnesses; systematic review; qualitative methods

Índice

Introdução **9**
Objetivos 11
Metodologia **12**
Estratégias de pesquisa 12
Critérios de inclusão/exclusão 12
Seleção dos artigos e extração dos dados 12
Qualidade Metodológica e Risco de Viés 13
Resultados **13**
Avaliação da qualidade metodológica e risco de viés 13
Caracterização dos artigos 14
Resultados principais 14
Discussão **27**
Limitações **29**
Conclusão **29**
Referências **31**

Índice de Figuras

Figura 1: Fluxograma do processo da revisão sistemática da literatura .....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 2: Mapa conceptual dos fatores que influenciam a intervenção dos *bystanders*.....**Erro! Marcador não definido.**

Índice de Tabelas

Tabela 1: Avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos 17

Tabela 2: Caracterização dos estudos incluídos na revisão sistemática (*n* = 10) 18

Tabela 3: Resultados principais dos estudos incluídos na revisão sistemática....**Erro! Marcador não definido.**

Introdução

A adolescência, etapa de transição entre a infância e a idade adulta (13–18 anos), caracteriza-se por alterações biológicas, cognitivas e psicossociais significativas (National Academies of Sciences et al., 2019). Atualmente, este período desenvolvimental é, em grande parte, mediado pelo acesso e uso diário das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), uma vez que nos últimos anos temos assistido a um aumento considerável do uso da internet e das novas tecnologias. Nos Estados Unidos da América, cerca de 95% dos adolescentes têm acesso a um *smartphone*, o que lhes permite estar quase constantemente conectados às redes sociais e outras plataformas *online* (Anderson et al., 2024; *N* = 1,391 13-17 anos). Na Europa, o recente relatório da EU KIDS Online identificou padrões digitais semelhantes: entre 65% (França) e 89% (Lituânia) dos adolescentes relataram usar o telemóvel várias vezes por dia ou quase constantemente (Smahel et al., 2020; *N* = 21,964, 9-16 anos). Especificamente em Portugal, a maioria dos agregados familiares com adolescentes até aos 15 anos tem acesso à Internet em casa (90,6%), (Instituto Nacional de Estatística, 2024; *N* = 8,547 agregados familiares).

O desenvolvimento destas tecnologias oferece algumas características específicas aos seus utilizadores, como a facilidade de utilização e a ausência de limites geográficos, promovendo assim o desenvolvimento de relações interpessoais (Rudnicki et al., 2023). No entanto, com o aumento da utilização das novas tecnologias aumenta igualmente o ciberassédio. Este fenómeno pode ser definido como um padrão de agressões interpessoais mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, que ocorrem de forma reiterada, intencional e indesejada e causando sofrimento emocional à vítima (Pereira et al., 2016; Spitzberg & Hoobler, 2002). Tais comportamentos manifestam-se tanto em contextos privados, como chamadas frequentes sem motivo claro, quanto em contextos públicos ou sociais, através, por exemplo, da partilha de informação pessoal sem o devido consentimento. As agressões podem partir de pessoas conhecidas (ex., amigos, parceiros ou ex-parceiros) ou desconhecidas, e assumem múltiplas formas, incluindo o envio de mensagens insultuosas, conteúdos sexualmente explícitos ou demonstrações obsessivas de afeto, podendo também evoluir para comportamentos mais invasivos, como a perseguição (Pereira et al., 2016; Spitzberg & Hoobler, 2002). Assim, na presente revisão, o conceito de ciberassédio engloba comportamentos como o assédio sexual *online* (ex., receber fotografias de caráter pornográfico), o *cyberbullying* (ex., receber mensagens insultuosas), a intrusão relacional obsessiva em contexto digital (ex., o envio persistente de mensagens), e o *cyberstalking* (ex., abordar a vítima de forma inadequada, após ter iniciado contacto *online*) (Pereira et al., 2016; Spitzberg & Hoobler, 2002). A presença do ciberassédio entre os adolescentes portugueses tem vindo a assumir proporções preocupantes. Estudos recentes indicam que cerca de 61.9% dos jovens

afirmaram já ter sido alvo de *cyberstalking* (Pereira & Matos, 2016; *n* = 627, 12-16anos). Estes dados evidenciam que uma parte significativa da população adolescente enfrenta este tipo de vitimação, justificando a escolha desta faixa etária como foco central do presente estudo.

Por sua vez, o conceito de *bystanders* diz respeito a pessoas que, embora não estejam diretamente envolvidas numa situação de abuso, a presenciam ou têm conhecimento dela, seja presencialmente ou através de meios digitais, antes, durante ou após a sua ocorrência (Banyard, 2015). Estes *bystanders* podem ser caracterizados de diferentes formas. Existem os *bystanders* passivos, que não intervêm de qualquer forma, e os *bystanders* ativos. Quanto a estes, são aqueles que decidem intervir, quer através de ações diretas, como oferecer ajuda à vítima, ou ações indiretas, como por exemplo informar uma autoridade (Banyard, 2011). Para além dos bystanders ativos com comportamentos pró-vítima, também chamados *defenders,* existem também os *bystanders* com comportamentos pró-agressor, os *reinforcers,* que vão participar na situação de assédio, por exemplo, incentivando o agressor. (Banyard et al., 2015; Pöyhönen et al., 2012) A decisão de intervir numa situação de urgência depende de diferentes fatores inter e intrapessoais (Bennett et al., 2014), nomeadamente o sentido de extroversão e a perceção de proximidade com a vítima que estão relacionados com uma maior intenção de intervir durante uma situação de emergência (Levine et al., 2005). Relativamente a cenários onde os *bystanders* optam por não intervir, este posicionamento pode ser justificado por múltiplos fatores. A falta de conhecimento pode gerar dúvidas sobre a melhor forma de intervir acabando por não o fazer de todo. Além desse fator, a ambiguidade da situação pode tornar o processo de escolha sobre a intervenção mais complicada. Ademais, a difusão de responsabilidade pode também explicar este comportamento passivo, visto que este fenómeno explica que quanto mais pessoas presentes, menos responsáveis nos sentimos de ajudar a vítima (Latané & Darley, 1968), e no contexto *online* existem inúmeros *bystanders.*

Esses fatores destacam a importância de educar os *bystanders*, nomeadamente os adolescentes, sobre o seu papel e como eles podem contribuir positivamente para reduzir o ciberassédio. Existem, assim, diferentes modelos, nomeadamente o modelo proposto por Latané e Darley em 1968, *The Situational Model of Bystander Behavior*, que resume a intervenção por parte de um *bystanders* em cinco etapas. Começando por reparar no evento, em seguida identificar que é uma situação onde é apropriado intervir, depois o *bystander* deve assumir a responsabilidade pela intervenção, passando então a decidir como ajudar e acabando por intervir. Este quinto passo, focado na intervenção, será o foco desta revisão sistemática.

Assim, com o aumento das novas tecnologias e o aumento de prevalência do ciberassédio, surge

uma nova problemática: os *bystanders* no contexto do ciberassédio. Estes *bystanders* estão presentes e testemunham outra pessoa a sofrer assédio *online* (Machackova, 2020). Sendo este assédio específico ao contexto digital, podem estar presentes vários *bystanders* ao mesmo tempo, sem que se tenha essa noção, pois este contexto promove o anonimato. Para além disso, um *bystander* pode presenciar o ciberassédio estando geograficamente longe da vítima (Brody & Vangelisti, 2016).

Este estudo torna-se especialmente relevante ao direcionar o foco para adolescentes, visto que esta população está mais exposta ao ciberassédio devido ao seu grande uso das novas tecnologias e interações *online*. A relevância desta revisão sistemática prende-se com o facto de o interesse no papel dos *bystanders* no contexto do ciberassédio ser ainda relativamente recente na literatura científica, havendo uma necessidade de aprofundar esta área. Ademais, esta revisão distingue-se por focar exclusivamente em estudos com metodologia qualitativa, o que é particularmente pertinente, pois permite compreender em maior detalhe as perceções, motivações e experiências dos *bystanders* em contextos digitais. Desta forma, contribui para uma melhor compreensão do comportamento dos *bystanders*, essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes.

Assim, foi realizada uma revisão sistemática de forma a reunir o conhecimento atual de um ponto de vista qualitativo, para melhor compreender as intervenções dos *bystanders* adolescentes no ciberassédio. A revisão visou então responder às seguintes questões de investigação: Como se caracteriza a intervenção dos *bystanders* no ciberassédio (ex. passivos, pró-vítima, pró-agressor)? Quais são os fatores que facilitam ou inibem a sua intervenção no ciberassédio?

Objetivos

A presente revisão tem diferentes objetivos, primeiramente, a determinação dos fatores decisivos que influenciam a decisão de intervenção por parte dos *bystanders* adolescentes. A investigação busca identificar se os *bystanders* se abstêm de intervir devido ao medo de retaliação, à difusão de responsabilidade ou ao fator de anonimato potenciado pelas novas tecnologias. Por último, a revisão caracteriza as diferentes formas de intervenção dos *bystanders* adolescentes no contexto do ciberassédio. Assim, é necessário compreender se são *bystanders* ativos ou passivos com comportamentos pró-vítima ou pró-agressor. Compreender o papel dos *bystanders* neste contexto pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes para reduzir o impacto do ciberassédio na população adolescente.

Metodologia

A atual revisão sistemática foi conduzida de acordo com as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (PRISMA) e foi registada na plataforma internacional PROSPERO (International Prospective Register of Systematic Reviews), com o número de registo CRD420250597448.

Estratégias de pesquisa

Considerando os múltiplos construtos que têm sido utilizados para operacionalizar ciberassédio, foi utilizada a seguinte equação de pesquisa : [(adolescen* OR teen* OR youth* OR juvenile* OR young* OR minor* OR student*) AND (cyber* OR technolog* OR digital OR internet OR online OR electronic) AND (bull* OR harass* OR stalk* OR "obsessive relational intrusion" OR surveillance OR "unwanted pursuit" OR intimida*) AND (bystander* OR witness* OR observer* OR allies)].

Dois investigadores independentes consultaram as seguintes bases de dados: Web of Science, PubMed e Scopus. A pesquisa abrangeu todos os estudos disponíveis até 2 de Dezembro de 2024, inclusive, e restringiu-se a títulos, resumos e palavras-chave em português, espanhol ou inglês.

Critérios de inclusão/exclusão

A seleção dos estudos respeitou os seguintes critérios de inclusão: a) população entre os 13 e os 18 anos; b) estudos publicados em Português, Inglês e Espanhol; c) estudos exclusivamente com metodologia qualitativa; d) estudos que abordavam os *bystanders* no contexto do ciberassédio. O ano de publicação está limitado a 2024, dado o momento da recolha de dados. Os critérios de exclusão eram: a) estudos envolvendo população adulta; b) estudos que não abordavam os *bystanders* no contexto do ciberassédio; c) revisões sistemáticas, artigos não publicados, literatura cinzenta, legislação, notícias; d) estudos publicados num idioma diferente do Português, Inglês e Espanhol; e) metodologia quantitativa ou mista.

Seleção dos artigos e extração dos dados

Os estudos identificados foram importados para o software Rayyan (Ouzzani et al., 2016). Os duplicados foram removidos. Os títulos e resumos foram examinados por dois revisores independentes, que procederam à inclusão de possíveis estudos relevantes (1ª triagem). Posteriormente, leituras integrais foram realizadas por dois revisores independentes, para garantir que os critérios de inclusão fossem cumpridos (segunda triagem). Incerteza ou desacordo nestas fases foi resolvida por consenso e, se não fosse possível tomar uma decisão, podia ser consultado um terceiro revisor independente.

Da pesquisa nas bases de dados resultaram 2,684 estudos, dos quais 511 eram duplicados e foram consequentemente eliminados. Assim, 2,173 foram selecionados, com base no título, resumo e palavras-chave, para a análise da elegibilidade. Desta análise 2,159 foram excluídos porque os critérios de inclusão não foram cumpridos.

Como resultado, 14 estudos foram selecionados para a leitura integral, 10 foram incluídos e 4 foram excluídos por não respeitarem o critério de metodologia exclusivamente qualitativa.

Os estudos incluídos foram assinalados com um "*" na secção de referências. A Figura 1 apresenta uma descrição do PRISMA, discriminando o processo de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão.

As informações importantes foram extraídas para um ficheiro Excel, sendo que os dados extraídos incluíram: a) identificação do estudo (ex., autor(es), o ano de publicação, localização geográfica; b) caraterísticas da amostra (número de participantes, idade, género); c) objetivo do estudo; d) características dos *bystanders* (idade, gênero); e) características da intervenção (tipo de intervenção (pró-vítima, pró-agressor, passiva) e fatores que facilitam ou inibem); g) resultados do estudo.

Qualidade Metodológica e Risco de Viés

Para aferir a qualidade e o risco de viés dos estudos incluídos nesta revisão sistemática, recorreu-se ao *Critical Appraisal Skills Programme* (CASP), uma ferramenta desenvolvida para a análise de estudos com metodologia qualitativa. Este instrumento organiza-se em três grandes secções: a primeira refere-se à validade dos resultados (Secção A), a segunda à clareza e coerência dos resultados (Secção B) e a terceira à relevância e aplicabilidade dos resultados no contexto específico de estudo (Secção C). Estas secções são operacionalizadas através de um total de dez questões. A avaliação de cada estudo foi realizada de forma independente por dois revisores, garantindo maior fiabilidade no processo de análise. Os resultados dessa avaliação encontram-se apresentados na Tabela 1.

Resultados

Avaliação da qualidade metodológica e risco de viés

É importante destacar que o CASP não define critérios de pontuação que determinem a inclusão ou exclusão de estudos numa revisão sistemática. Ainda assim, foi possível observar que alguns dos estudos qualitativos incluídos apresentavam lacunas metodológicas, nomeadamente a ausência de informações detalhadas sobre os procedimentos utilizados, tais como sobre a relação estabelecida entre investigadores e participantes. Estas omissões dificultaram uma apreciação mais profunda da qualidade

metodológica, assim como podem afetar a confiança nos resultados dos estudos.

Caracterização dos artigos

Os dados extraídos dos dez artigos incluídos na revisão sistemática são apresentados na Tabela 2. Os estudos analisados foram publicados entre 2007 e 2023. No que diz respeito à distribuição geográfica, três estudos foram conduzidos nos Estados Unidos da América e três na Austrália. Dois estudos foram realizados na Bélgica, enquanto os restantes têm origem na Polónia e no Canadá, respetivamente. Os estudos envolveram amostras que variam entre 16 e 961 participante A faixa etária dos participantes situava-se entre os 11 e os 18 anos. Apesar de os critérios de inclusão estipularem uma idade mínima de 13 anos, foram aceites exceções (Agatston et al. (2007); Biernesser et al. (2023); DeSmet et al. (2012); DeSmet et al. (2014)), dado que os adolescentes com menos de 13 anos representavam uma proporção reduzida da amostra total. Relativamente aos métodos de recolha de dados, a entrevista semiestruturada foi a técnica mais frequentemente utilizada, tendo sido empregue em metade dos estudos. Seguiram-se os grupos focais (*focus groups*) e, por fim, a utilização de vinhetas como método de estímulo para promover a discussão.

Resultados principais

O principal objetivo desta revisão sistemática consistiu em identificar os fatores que facilitam ou dificultam a intervenção de *bystanders* adolescentes em situações de ciberassédio. Procurou-se ainda compreender quais os comportamentos mais frequentemente adotados por estes jovens perante tais situações. Nesse sentido, a Tabela 3 sintetiza os diferentes comportamentos relatados pelos participantes, categorizando-os em função do tipo de *bystander*: passivo, pró-vítima ou pró-agressor. Adicionalmente, foram identificadas, com base nos testemunhos dos participantes, as principais barreiras e facilitadores à intervenção, sistematizadas na Figura 2.

A maioria dos adolescentes assumiu uma postura passiva perante episódios de ciberassédio, optando por ignorar o conteúdo ou evitar o envolvimento direto (ex., Agatston et al. (2007), Patterson et al. (2016) e Ranney et al. (2019)). Entre as justificações para esta inação surgem frequentemente a perceção de que "não é da sua responsabilidade", a banalização destes comportamentos *online*, ou o receio de se tornarem o próximo alvo.

Por outro lado, alguns participantes demonstraram atitudes pró-vítima, como o aconselhamento da vítima, a procura de apoio junto de adultos ou a denúncia do comportamento agressivo nas

plataformas digitais. Estas respostas foram associadas a relações de proximidade com a vítima, empatia e um forte sentido de justiça social (DeSmet et al., 2014; Biernesser et al., 2023; Price et al., 2014).

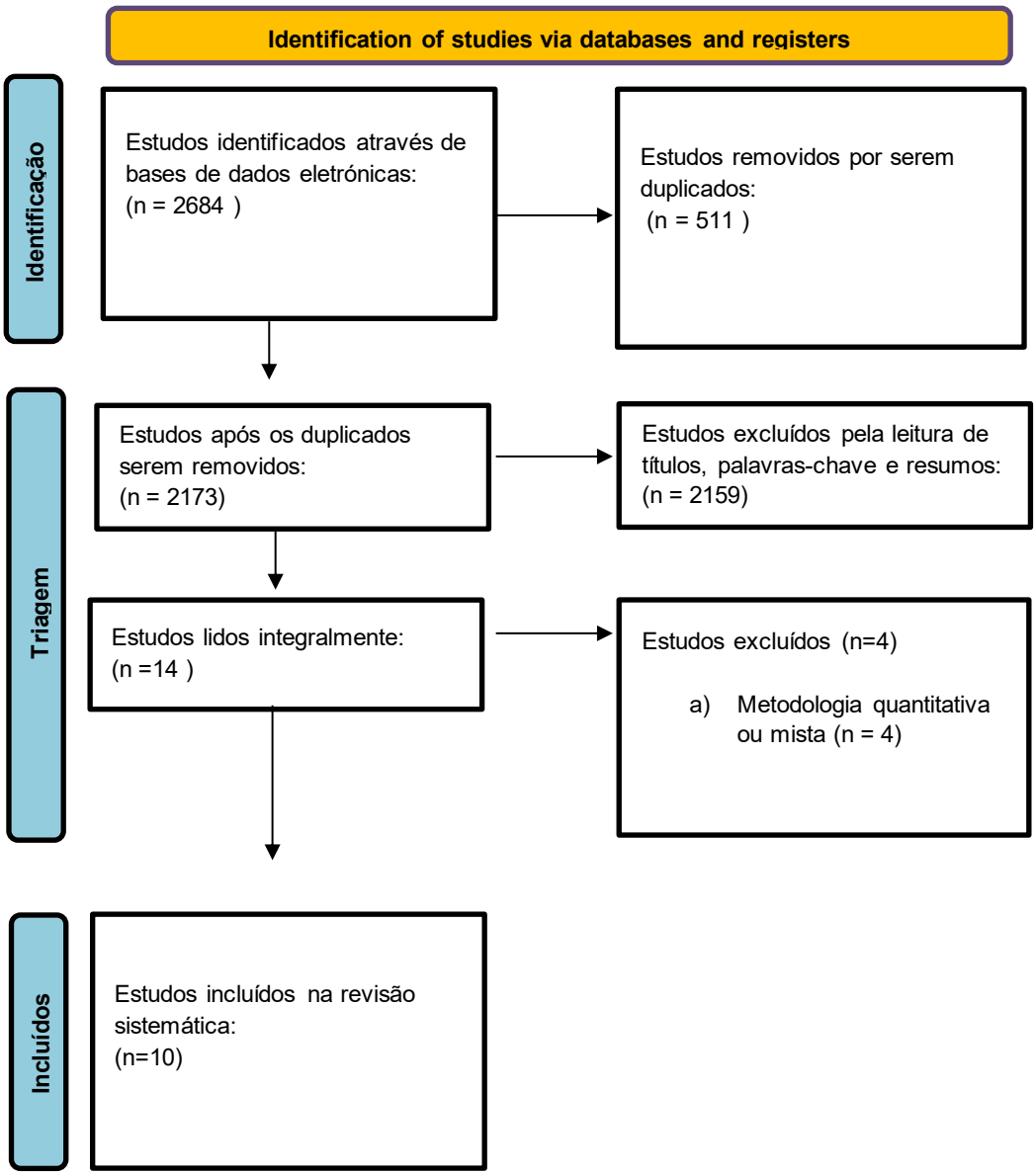
Embora menos frequentes, também foram identificadas respostas pró-agressor, nas quais os adolescentes apoiam e reforçam os agressores, muitas vezes por pressão dos pares, tentativa de integração social ou identificação com o agressor (Pepler et al., 2021; Pyzakski et al., 2022).

Relativamente aos fatores facilitadores da intervenção, destacava-se a relação de amizade ou proximidade com a vítima, presente em diversos estudos (e.g., Price et al., 2014; Ranney et al., 2019). A empatia e o sentido de justiça social foram igualmente identificados como elementos motivadores, associados a uma perceção de que o comportamento do agressor é errado (Biernesser et al., 2023; Pepler et al., 2021). Alguns estudos também indicaram que o apoio de adultos ou do grupo de pares, bem como a possibilidade de intervir de forma segura, por exemplo, anonimamente, podem aumentar a probabilidade de intervenção. A experiência prévia com o ciberassédio, quer como vítima, quer como interveniente, também foi referida como promotora de ações de defesa da vítima, ao aumentar a sensibilidade para a situação (Ranney et al., 2019).

Quanto aos fatores inibidores da intervenção por parte dos *bystanders*, os mais frequentemente mencionados nos estudos incluídos referiam-se a fatores emocionais (ex., medo de represálias), sociais (ex., pressão dos pares), e contextuais (ex., normalização do *online*). O medo de represálias surge como uma das principais razões para a não intervenção, sendo referido o medo de ser alvo de retaliação ou de ser excluído socialmente (Agatston et al., 2007; Patterson et al., 2017).A falta de clareza sobre a gravidade da situação ou a ambiguidade na interpretação do comportamento *online* também se destacou como um fator que limita a intervenção, especialmente devido à dificuldade em distinguir entre brincadeira e agressão (Patterson et al., 2016; Pepler et al., 2021). Outros obstáculos incluíam a ausência de figuras de autoridade nas plataformas digitais, o défice de empatia, o conflito de lealdade entre pares e a normalização do ciberassédio nas redes sociais como parte da cultura digital juvenil.

Figura 1.

Fluxograma do processo da revisão sistemática da literatura



Nota: Adaptado de Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. Journal of Clinical Epidemiology, 134, 178–189. https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.03.001

Tabela 1.

Critical appraisal skills programme (CASP)

Autores, Ano de Publicação	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10
Agatston et al. (2007)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Inconclusivo	Inconclusivo	Sim	Sim
Biernesser et al. (2023)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
DeSmet et al. (2012)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
DeSmet et al. (2014)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Patterson et al. (2016)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Patterson et al. (2017)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Pepler et al. (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Price et al. (2014)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Pyzakski et al. (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim
Ranney et al. (2019)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Inconclusivo	Sim	Sim	Sim	Sim

Nota. Q1: Houve uma declaração clara dos objectivos da investigação?; Q2: A metodologia qualitativa é apropriada?; Q3: O desenho da investigação foi apropriado para abordar os objectivos da investigação?; Q4: A estratégia de recrutamento foi adequada aos objectivos da investigação?; Q5: Os dados foram recolhidos de forma a abordar a questão da investigação?; Q6: A relação entre o investigador e os participantes foi adequadamente considerada?; Q7: As questões éticas foram tidas em consideração?; Q8: A análise dos dados foi suficientemente rigorosa?; Q9: Existe uma declaração clara das conclusões?; Q10: Qual o valor da investigação?

Tabela 2.

Caraterização dos estudos incluídos na revisão sistemática (n=10)

Autores, Ano de Publicação, País	**Objetivo do Estudo**	**Participantes, Sexo, Idade**	**Instrumento de Recolha de Dados**
Agatston et al. (2007), Estados Unidos da América	Compreender o impacto do *cyberbullying* e explorar estratégias de prevenção, com foco nas respostas dos *bystanders*	*N*= 148 participantes 12-17 anos	Grupos focais com guião
Biernesser et al. (2023), Estados Unidos da América	Compreender as experiências de alunos do ensino básico com o *cyberbullying* e explorar as formas de intervenção adotadas pelos *bystanders*	*N*= 46 participantes 31 raparigas 13 rapazes 11-14 anos	Grupos focais com guião semiestruturado
DeSmet et al. (2012), Bélgica	Compreender os fatores que influenciam comportamentos de defesa e como os adolescentes percecionam a sua capacidade de intervir em situações de *cyberbullying*	*N*= 23 participantes 11 raparigas 12 rapazes 12-15 anos	Grupos focais com guião semiestruturado

DeSmet et al. (2014), Bélgica	Explorar os determinantes do comportamento dos *bystanders* em situações de *cyberbullying*, com base em teorias comportamentais	*N*= 61participantes 32 raparigas 29 rapazes 12-16 anos	Grupos focais com guião semiestruturado
Patterson et al. (2016), Austrália	Explorar as perceções de adolescentes sobre o papel dos *bystanders* em contextos *online vs* presenciais	*N*= 24 participantes 13 raparigas 11 rapazes 13-16 anos	Entrevistas semiestruturadas
Patterson et al. (2017), Austrália	Explorar perceções dos adolescentes sobre o papel dos *bystanders* em situações de *cyberbullying*	*N*= 24 participantes 13 raparigas 11 rapazes 13-16 anos	Entrevistas com vinhetas
Pepler et al. (2021), Canadá	Explorar as perceções e dilemas de adolescentes enquanto *bystanders* de *cyberbullying*	*N*= 16 participantes 15/16 anos (10.º ano)	Entrevistas semiestruturadas

Price et al. (2014), Austrália	Analisar o papel moral dos *bystanders* em cenários de *cyberbullying*	*N*= 961 participantes 13-18 anos	Vinhetas digitais e questionário *online*
Pyzakski et al. (2022), Polónia	Compreender as perceções de adolescentes e professores sobre o fenómeno do *cyberbullying* e as estratégias de prevenção associadas	*N*= 55 alunos + 45 professores 25 raparigas 30 rapazes 13 - 16 anos	Entrevistas semiestruturadas
Ranney et al. (2019), Estados Unidos da América	Explorar a vivência de adolescentes com conflitos *online* e *cyberbullying*	*N*= 23 participantes 65% raparigas 13-17 anos (média 14,8	Entrevistas semiestruturadas

Tabela 3.

Resultados principais dos estudos incluídos na revisão sistemática

Autores, Ano de Publicação	**Tipo de Intervenção**	**Facilitadores da Intervenção**	**Inibidores da Intervenção**
Agatston et al. (2007)	***Bystander* Passivo** "ignorar a mensagem em vez de responder de uma forma que encorajaria a retaliação" "Os alunos indicaram que era pouco provável que denunciassem o ciberassédio aos adultos na escola" "os alunos também indicaram que estavam relutantes em denunciar o ciberassédio aos pais porque temiam a perda de privilégios *online*"	x	Medo de represálias (perder os privilégios *online*) Incerteza sobre como ajudar Falta de confiança nos adultos como fonte de ajuda
Biernesser et al. (2023)	***Bystander* Passivo** "medo de rumores ou de ser chamado de "bufo"" ***Bystander* Pró-Vítima** "alguns dos quais procuraram os pais para obter conselhos sobre como denunciar o *ciberbullying* nas redes sociais media"	Empatia com a vítima Sentido de justiça social	Medo de represálias Incerteza sobre como ajudar Falta de confiança nos adultos

DeSmet et al. (2012)	***Bystander* Passivo** "A passividade é bastante aceitável, alguns não se importariam que os seus amigos ficassem parados sem fazer nada" ***Bystander* Pró-Vítima** "Por unanimidade, os adolescentes optariam por defender a vítima" "falar com o agressor (offline), dar conselhos à vítima, confortar a vítima, ficar perto da vítima no recreio, contar aos amigos, dizer à vítima que pode juntar-se ao seu grupo, usar o humor, assustar o agressor ou retaliar fisicamente" ***Bystander* Pró-Agressor** "Contribuem para o *bullying online*, rindo ou dando *like* na mensagem do agressor"	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Empatia com a vítima Sentido de justiça social Influência Social Perceção da gravidade da situação	Medo de represálias Status da vítima ("*loner*") Influência social do agressor
DeSmet et al. (2014)	***Bystander* Passivo** "A maioria achava que se arriscava a ser vítima de bullying ao defender a vítima" ***Bystander* Pró-Vítima** "não os dissuadiu de tencionar defender os seus amigos" "falar com o agressor (offline); perguntar os motivos; dar conselhos, conforto ou proteção à vítima; contar aos amigos; permitir que	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Perceção de fraqueza da vítima Sentido de justiça social	Medo de represálias Falta de confiança nos adultos Ambiguidade da situação

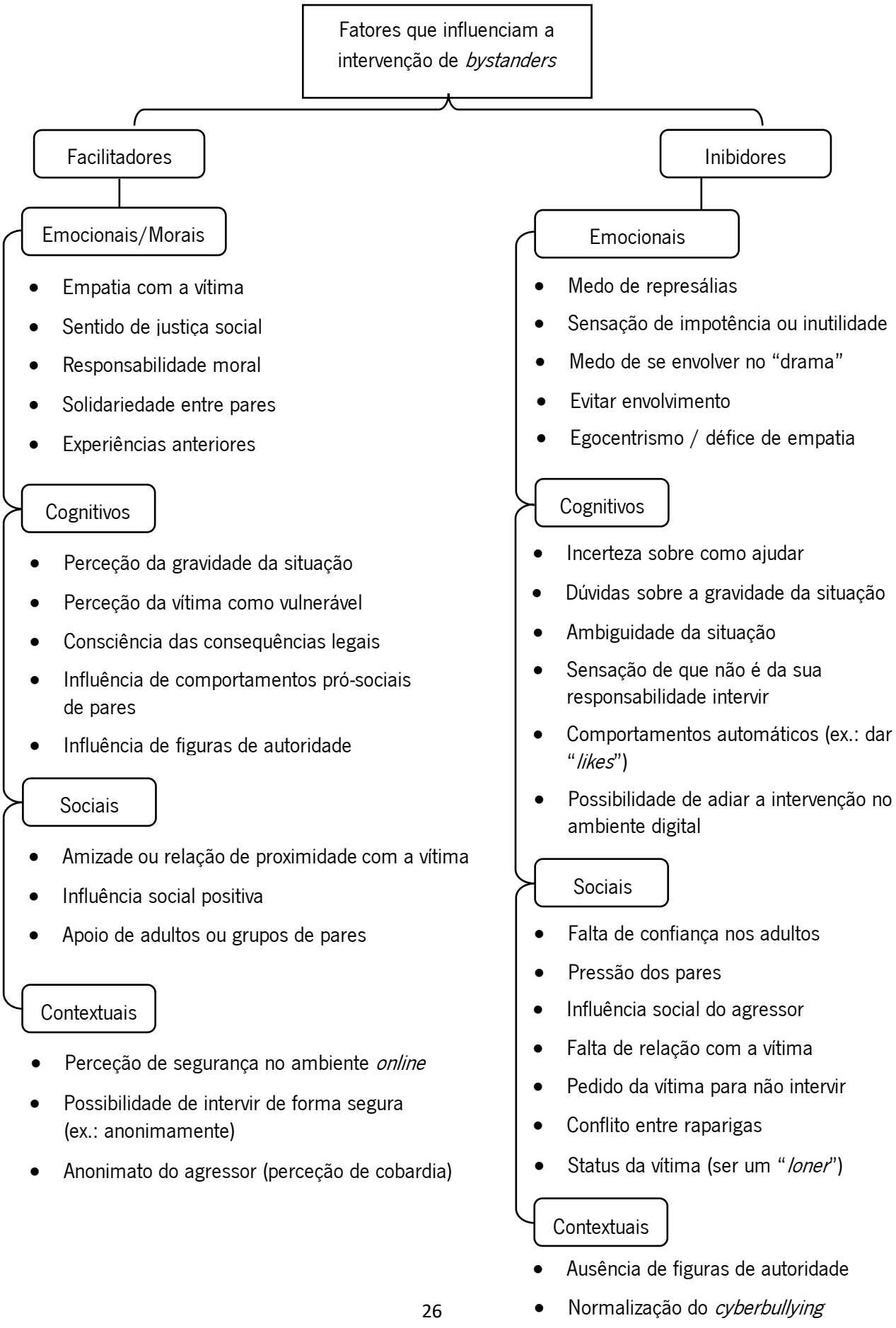
	a vítima se junte ao seu grupo; usar o humor para se vingar; assustar o agressor; ou retaliação física"		
Patterson et al. (2016)	***Bystander* Passivo** "Podem ignorá-lo mais *online*, porque se não gostarem realmente do Sam podem simplesmente 'perder' o seu *post.*" "*Online*, está lá e podes voltar a ele mais tarde." "*Online* não tens ninguém a quem denunciar, por isso não podes ser castigado por isso..."	Perceção de segurança no ambiente *online*	Medo de represálias Ausência de figuras de autoridade no ambiente *online* Ambiguidade da situação Possibilidade de adiar a intervenção no ambiente digital
Patterson et al. (2017)	***Bystander* Passivo** "Não tem nada a ver comigo, porque é que me hei-de preocupar com isso?" "Estão só a brincar. Na Internet ... é mais difícil saber quando se está a brincar." ***Bystander* Pró-Vítima** "Se ele é uma boa pessoa e faz as coisas corretas, então ele diria 'pára de fazer isso'" ***Bystander* Pró-Agressor** "Depende se o Jordan era amigo dele - muitas vezes os amigos apoiam-nos"	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Anonimato do agressor (perceção de cobardia) Perceção de gravidade Sentido de justiça social	Dúvidas sobre a gravidade da situação Falta de relação com a vítima Conflito entre raparigas

Pepler et al. (2021)	***Bystander* Passivo** "Alguns *bystanders* foram descritos como não tendo apoiado ou intervindo." ***Bystander* Pró-Vítima** "apoiar o colega vitimado sem confrontar o agressor" "Alguns defensores expressaram uma opinião geral de que o *cyberbullying* era errado ***Bystander* Pró-Agressor** "Participar na prática de *ciberbullying* pode ser uma tentativa de apoiar um amigo que foi o agressor."	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Empatia com a vítima Sentido de justiça social Apoio de adultos ou grupos de pares Possibilidade de intervir de forma segura (ex.: anonimamente)	Medo de represálias ou consequências sociais (reputação, influência de grupo) Dúvidas sobre a gravidade da situação Sensação de que não é da sua responsabilidade intervir Pedido da vítima para não intervir Sensação de impotência ou inutilidade Normalização do *cyberbullying* nas redes sociais
Price et al. (2014)	***Bystander* Passivo** "A responsabilidade moral de intervir é deflectada no sentido de ser da responsabilidade ou culpa da vítima." ***Bystander* Pró-Vítima** "Identificação dos melhores amigos ou amigos como sendo os mais suscetíveis de ajudar" "dizer às pessoas que não é	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Empatia com a vítima Responsabilidade moral Influência Social	Medo de represálias Dúvidas sobre a gravidade da situação Sensação de que não é da sua responsabilidade intervir

	verdade; dizer ao melhor amigo para mudar a palavra-passe; defender a rapariga; denunciar à autoridade foram descritos."		
Pyzakski et al. (2022)	***Bystander* Passivo** "Não intervenho de forma alguma, caso contrário serei responsabilizado assim que eu próprio tiver um problema" "Quando vi aquilo, ignorei-o" ***Bystander* Pró-Vítima** "Defendi a pessoa que foi criticada" "Os *bystanders*, mais frequentemente do que as vítimas, vêm com capturas de ecrã e ficheiros em *pen drives*" ***Bystander* Pró-Agressor** "Eu clico no *like* em tudo. Porque não haveria de o fazer?" ""Costumo juntar-me (no Facebook)""	Empatia com a vítima Influência de figuras de autoridade e de comportamentos pró-sociais de pares Solidariedade entre pares Consciência das consequências legais	Medo de represálias Ambiguidade da situação Evitar envolvimento Pressão dos pares Défice de empatia e egocentrismo Comportamentos automáticos (*likes*)
Ranney et al. (2019)	***Bystander* Passivo** "tinham medo de ser arrastados para o drama, sentiam que não lhes cabia intervir ou não sabiam como ajudar um colega" ***Bystander* Pró-Vítima** "Muitos contaram histórias de ajuda prévia a amigos" "falavam com um adulto sobre qualquer conflito que tivessem vivido".	Amizade/Relação de proximidade com a vítima Empatia com a vítima Experiências pessoais anteriores	Medo de se envolver no drama Sensação de que não é da sua responsabilidade intervir Incerteza sobre como ajudar

Figura 2.

Mapa conceptual dos fatores que influenciam a intervenção dos bystanders



Discussão

A presente revisão sistemática procurou compreender o papel dos *bystanders* adolescentes no contexto do ciberassédio, caracterizando as suas intervenções e percebendo os fatores que a motivam ou inibem. Este é um tema ainda relativamente pouco explorado na literatura, que tem-se focado tradicionalmente na vítima e no agressor. Uma das principais conclusões que se destaca é a quantidade limitada de investigação disponível: foram incluídos apenas 10 estudos, o que revela uma escassez de trabalhos académicos dedicados a esta área. Observa-se ainda que, enquanto objeto de estudo, o fenómeno do ciberassédio e o papel dos *bystanders* ganha maior visibilidade em países desenvolvidos, como o contexto Europeu, Norte-americano e a Austrália.

Os resultados mostram que a maioria dos adolescentes que presencia episódios de ciberassédio adota uma postura passiva, optando por não intervir. Este comportamento é consistente com investigações anteriores, que apontam para a elevada prevalência de *bystanders* passivos no contexto *online* (Machackova, 2020; Brody & Vangelisti, 2016). Apesar de alguns adolescentes reconhecerem a gravidade das situações de assédio digital, a hesitação em agir parece ser influenciada por uma combinação de fatores emocionais, sociais e contextuais, que dificultam a tomada de decisão. Assim, os *bystanders* passivos poderão beneficiar de intervenções específicas, que promovam literacia digital, competências socioemocionais, recursos de apoio e mecanismos de denúncia.

Entre as barreiras mais frequentemente identificadas nos estudos incluídos estão o medo de retaliação, quer seja na forma de exclusão social, perda de privilégios digitais ou mesmo de se tornarem o próximo alvo, a ambiguidade das situações observadas, tendo dificuldade em identificar se se trata realmente de uma agressão, e a perceção de que a intervenção não teria impacto. A ausência de figuras de autoridade nas plataformas digitais, em comparação com a presença dos professores em contexto escolar, e a normalização do ciberassédio nas redes sociais também aparecem como obstáculos. Estas dificuldades demostram concordância com o modelo situacional de intervenção proposto por Latané e Darley (1968), que defende que a perceção da situação como ambígua ou a difusão de responsabilidade reduzem significativamente a probabilidade de intervenção, especialmente quando há múltiplos observadores.

Apesar da predominância de comportamentos passivos, também foram observadas respostas pró-vítima, muitas vezes motivadas por sentimentos de empatia, amizade ou um forte sentido de justiça social. Este tipo de intervenção, demostra o potencial dos adolescentes para desempenharem um papel positivo na mitigação do ciberassédio. A literatura existente reforça a ideia de que a empatia, a identificação com a vítima e a experiência pessoal com situações de assédio são fatores protetores que

promovem a ação pró-social (Banyard, 2011). Os comportamentos de apoio à vítima identificados nos estudos podem ser compreendidos à luz dos avanços neurodesenvolvimentais característicos da adolescência, nomeadamente a maturação do "cérebro social" (Blakemore, 2008). Esta evolução está associada ao aumento da capacidade de tomada de perspetiva (Van der Graaff et al., 2014), ao desenvolvimento do raciocínio moral (Chiasson et al., 2017) e ao aumento da predisposição para comportamentos pró-sociais (Van der Graaff et al., 2018).

Por outro lado, o comportamento pró-agressor, embora menos frequente, foi identificado em alguns estudos. Este tipo de atitude pode ser motivada por laços de amizade com o agressor, tentativa de aceitação no grupo ou até por banalização da violência digital. Tais comportamentos indicam a necessidade de intervenções educativas que promovam a reflexão crítica sobre o impacto das ações *online*. Adolescentes tendem a intervir quando percebem que os benefícios da ação superam os riscos envolvidos, contudo, podem optar por distanciar-se ou mesmo apoiar os agressores quando os riscos lhes parecem demasiado elevados. Esta tendência é explicada pelo mecanismo de desengajamento moral, através do qual os indivíduos racionalizam o seu comportamento para evitar sentimentos de culpa e responsabilidade (Bandura et al., 1996). Por isso, é fundamental promover não apenas o desenvolvimento de competências de intervenção, mas também o fortalecimento do sentido de responsabilidade moral, de modo a contrariar a autojustificação e incentivar a manutenção de comportamentos de ajuda consistentes e eficazes.

Além disso, os comportamentos pró-agressor e a passividade de muitos *bystanders* podem ser melhor compreendidos à luz da teoria da desinibição *online* (Suler, 2004), que sugere que o ambiente digital facilita a expressão de comportamentos que seriam inibidos em contextos presenciais. O anonimato, a ausência de contacto visual e a sensação de invisibilidade contribuem para que os utilizadores acabem por agir com menor empatia e controlo emocional, o que pode levar a atitudes mais agressivas. Esta teoria ajuda a explicar a razão que leva alguns adolescentes, mesmo não sendo diretamente envolvidos, a apoiar ou reforçar o agressor, sentindo-se menos responsáveis ou conscientes das consequências do seu comportamento.

Esta revisão sistemática contribui para aprofundar do conhecimento sobre o papel dos *bystanders* adolescentes no ciberassédio, um tema ainda relativamente negligenciado na literatura, tradicionalmente mais focada na vítima e no agressor. Os resultados aqui apresentados reforçam a importância de incluir os *bystanders* em programas de prevenção e intervenção, não apenas como observadores passivos, mas como agentes com potencial para influenciar positivamente a dinâmica das interações *online* dos adolescentes.

Limitações

A presente revisão sistemática tem algumas limitações. Primeiramente, a qualidade metodológica de alguns estudos foi comprometida pela ausência de descrição detalhada dos procedimentos qualitativos utilizados, o que dificultou uma avaliação mais exaustiva.

Os estudos incluídos na revisão, embora abordem a intervenção dos *bystanders*, bem como os fatores que a facilitam ou inibem, não fornecem informações suficientes sobre a eficácia real dessas intervenções. Em particular, não é possível determinar se as ações pró-vítima relatadas se traduzem, na prática, em apoio direto à vítima ou em confrontação do agressor. Esta ambiguidade limita a compreensão do impacto das respostas dos *bystanders*. Também se verificou uma predominância de estudos realizados em contextos ocidentais desenvolvidos, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras realidades socioculturais. Seria relevante realizar estudos em contextos menos desenvolvidos, de forma a compreender o impacto da falta de informação nas intenções de intervenção por parte de adolescentes *bystanders* no contexto do ciberassédio e compreender se intervêm de forma diferente.

Consequentemente, seria pertinente que futuros estudos explorem não apenas as intenções ou perceções dos adolescentes, mas também os resultados das suas intervenções, de forma a avaliar a eficácia e as diferentes formas de ação pró-vítima em contextos digitais.

Conclusão

A presente revisão sistemática permitiu reunir e analisar evidências qualitativas sobre os comportamentos e os fatores que inibem e facilitam a intervenção por parte de *bystanders* adolescentes em situações de ciberassédio. Os resultados demonstram que, embora exista consciência da gravidade do fenómeno, a maioria dos adolescentes adota uma postura passiva, influenciada por fatores como o medo de represálias, a ambiguidade das situações e a perceção de falta de responsabilidade ou eficácia na intervenção.

Apesar disso, emergem também comportamentos pró-vítima, geralmente associados à empatia, à proximidade com a vítima e ao sentido de justiça social. Por outro lado, comportamentos pró-agressores, ainda que menos prevalentes, indicam a influência de normas de grupo e da dinâmica entre pares.

Este foco nos *bystanders* representa um avanço significativo na literatura, tradicionalmente centrada nas vítimas e agressores, e revela o potencial de impacto ao posicionar os *bystanders* como agentes na promoção de ambientes digitais mais seguros e inclusivos, reforçando a necessidade de

considerar os *bystanders* como atores centrais na prevenção do ciberassédio.

Assim, é fundamental destacar as implicações práticas, especialmente nas áreas da educação e das políticas públicas. As escolas devem ser incentivadas a adotar programas de literacia digital que incluam simulações realistas de respostas pró-vítima, promovendo o desenvolvimento das competências sociais e emocionais dos adolescentes. Destaca-se, assim, a importância de implementar ações pedagógicas e campanhas de sensibilização que desenvolvam competências como a empatia e o sentido de responsabilidade. Tais medidas são essenciais para que os adolescentes se sintam seguros e motivados a intervir.

A formação de docentes é igualmente essencial, capacitando-os para identificar e intervir em situações de ciberassédio, reduzindo a ambiguidade frequentemente percebida pelos jovens.

Investigações futuras deverão explorar, com maior profundidade, a eficácia das diferentes formas de intervenção e as suas consequências, contribuindo assim para estratégias mais eficazes de combate ao ciberassédio.

Referências

*Agatston, P. W., Kowalski, R., & Limber, S. (2007). Students' perspectives on cyber bullying. *Journal of Adolescent Health, 41*(6), S59–S60. https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2007.09.003

Anderson, M., Faverio, M., & Park, E. (2024, março). *How teens and parents approach screen time*. Pew Research Center. https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/20/2024/02/PI_2024.03.11_Teens-and-Screens_REPORT.pdf

Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(2), 364–374. https://doi.org/10.1037/0022-3514.71.2.364

Banyard, V. L. (2011). Who will help prevent sexual violence: Creating an ecological model of bystander intervention. *Psychology of Violence*, 1(3), 216-229. https://doi.org/10.1037/a0023739

Banyard, V. L. (2015). *Toward the next generation of bystander prevention of sexual and relationship violence: Action coils to engage communities*. Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-3-319-23171-6

Bennett, S., Banyard, V. L., & Garnhart, L. (2014). To Act or Not to Act, That Is the Question? Barriers and Facilitators of Bystander Intervention. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(3), 476-496. https://doi.org/10.1177/0886260513505210

*Biernesser, C., Ohmer, M., Nelson, L., Mann, E., Farzan, R., Schwanke, B., & Radovic, A. (2023). Middle school students' experiences with cyberbullying and perspectives toward prevention and bystander intervention in schools. *Journal of School Violence, 22*(3), 339–352. https://doi.org/10.1080/15388220.2023.2186417

Blakemore, S.-J. (2008). The social brain in adolescence. *Nature Reviews Neuroscience, 9*(4), 267–277. https://doi.org/10.1038/nrn2353

Brody, N., & Vangelisti, A. L. (2016). Bystander intervention in cyberbullying. Communication Monographs, 83(1), 94–119. https://doi.org/10.1080/03637751.2015.1044256

Chiasson, V., Vera-Estay, E., Lalonde, G., Dooley, J. J., & Beauchamp, M. H. (2017). Assessing social cognition: Age-related changes in moral reasoning in childhood and adolescence. *The Clinical Neuropsychologist, 31*(3), 515–530. https://doi.org/10.1080/13854046.2016.1268650

*DeSmet, A., Bastiaensens, S., Van Cleemput, K., Poels, K., Vandebosch, H., & De Bourdeaudhuij, I. (2012). Mobilizing bystanders of cyberbullying: An exploratory study into behavioural determinants of defending the victim. *Annual Review of Cybertherapy and Telemedicine*, 58–63. https://doi.org/10.3233/978-1-61499-121-2-58

*DeSmet, A., Veldeman, C., Poels, K., Bastiaensens, S., Van Cleemput, K., Vandebosch, H., & De Bourdeaudhuij, I. (2014). Determinants of self-reported bystander behavior in cyberbullying incidents amongst adolescents. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking, 17*(4), 207–215. https://doi.org/10.1089/cyber.2013.0027

European Youth Portal. (2023, julho 18). *96% of young people in the EU use the internet daily*. https://youth.europa.eu/news/96-of-young-people-eu-uses-internet-daily_en

Hinduja, S., & Patchin, J. W. (2007). Offline consequences of online victimization: School violence and delinquency. *Journal of School Violence, 6*(3), 89–112. https://doi.org/10.1300/J202v06n03_06

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2024). *Sociedade da Informação e do Conhecimento – Inquérito*

à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Famílias. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=646170405&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Kowalski, R. M., Giumetti, G. W., Schroeder, A. N., & Lattanner, M. R. (2014). Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. *Psychological Bulletin, 140*(4), 1073–1137. https://doi.org/10.1037/a0035618

Latané, B., & Darley, J. M. (1968). Group inhibition of bystander intervention in emergencies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10(3), 215–221. https://doi.org/10.1037/h0026570

Levine, M., Cassidy, C., Brazier, G., & Reicher, S. (2005). Self-categorization and bystander non-intervention: Two experimental studies. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(7), 1452-1463. https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb01446.x

Livingstone, S., & Smith, P. K. (2014). Annual research review: Harms experienced by child users of online and mobile technologies: The nature, prevalence, and management of sexual and aggressive risks in the digital age. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 55*(6), 635–654. https://doi.org/10.1111/jcpp.12197

Machackova, H. (2020). Bystander reactions to cyberbullying and cyberaggression: Individual, contextual, and social factors. Current Opinion in Psychology. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.06.003

Behavioral and Social Sciences and Education, Board on Children, Youth, and Families, Committee on the Neurobiological and Socio-behavioral Science of Adolescent Development and Its Applications, Backes, E. P., & Bonnie, R. J. (Eds.). (2019). *The promise of adolescence: Realizing opportunity for all youth*. National Academies Press. https://doi.org/10.17226/25388

Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan—A web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews, 5*, 210. https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4

Patchin, J. W., & Hinduja, S. (2010). Cyberbullying and self-esteem. *Journal of School Health, 80*(12), 614–621. https://doi.org/10.1111/j.1746-1561.2010.00548.x

*Patterson, L. J., Allan, A., & Cross, D. (2016). Adolescent bystanders' perspectives of aggression in the online versus school environments. *Journal of Adolescence, 49*, 60–67. https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2016.02.003

*Patterson, L. J., Allan, A., & Cross, D. (2017). Adolescent perceptions of bystanders' responses to cyberbullying. *New Media & Society, 19*(3), 366–383. https://doi.org/10.1177/1461444815606369

*Pepler, D., Mishna, F., Doucet, J., & Lameiro, M. (2021). Witnesses in cyberbullying: Roles and dilemmas. *Children & Schools, 43*(1), 45–53. https://doi.org/10.1093/cs/cdaa027

Pereira, F., & Matos, M. (2016). Cyberstalking victimization: What predicts fear among Portuguese adolescents? European Journal on Criminal Policy and Research, 22(2), 253-270. https://doi.org/10.1007/s10610-015-9285-7

Pereira, F., Spitzberg, B. H., & Matos, M. (2016). Cyber-harassment victimization in Portugal: Prevalence, fear and help-seeking among adolescents. Computers in Human Behavior, 58, 142–149. https://doi.org/10.1016/j.chb.2016.03.039

Pöyhönen, V., Juvonen, J., & Salmivalli, C. (2012). Standing up for the victim, siding with the bully or standing by? Bystander responses in bullying situations. Social Development, 21(4), 722–741. https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2012.00662.x

*Price, D., Green, D., Spears, B., Scrimgeour, M., Barnes, A., Geer, R., & Johnson, B. (2014). A qualitative exploration of cyber-bystanders and moral engagement. *Australian Journal of Guidance and Counselling, 24*(1), 1–17. https://doi.org/10.1017/jgc.2013.18

*Pyżalski, J., Plichta, P., Szuster, A., & Barlińska, J. (2022). Cyberbullying characteristics and prevention—What can we learn from narratives provided by adolescents and their teachers? *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*, 11589. https://doi.org/10.3390/ijerph191811589

*Ranney, M. L., Pittman, S. K., Riese, A., Koehler, C., Ybarra, M., Cunningham, R., Spirito, A., & Rosen, R. K. (2020). What counts?: A qualitative study of adolescents' lived experience with online victimization and cyberbullying. *Academic Pediatrics, 20*(4), 485–492. https://doi.org/10.1016/j.acap.2019.11.001

Rudnicki, K., Vandebosch, H., Voué, P., & Poels, K. (2023). Systematic review of determinants and consequences of bystander interventions in online hate and cyberbullying among adults. *Behaviour & Information Technology*, 42(5), 527–544. https://doi.org/10.1080/0144929X.2022.2027013

Smahel, D., Machackova, H., Mascheroni, G., Dedkova, L., Staksrud, E., Ólafsson, K., Livingstone, S., & Hasebrink, U. (2020). *EU Kids Online 2020: Survey results from 19 countries*. EU Kids Online. https://doi.org/10.21953/lse.47fdeqj01ofo

Spitzberg, B. H., & Hoobler, G. (2002). Cyberstalking and the technologies of interpersonal terrorism. *New Media & Society, 4*(1), 71–92. https://doi.org/10.1177/14614440222226271

Stevens, F., Nurse, J. R. C., & Arief, B. (2021). Cyber Stalking, Cyber Harassment, and Adult Mental Health: A Systematic Review. *Cyberpsychology, behavior and social networking*, 24(6), 367–376. https://doi.org/10.1089/cyber.2020.0253

Suler, J. (2004). The online disinhibition effect. *CyberPsychology & Behavior, 7*(3), 321–326. https://doi.org/10.1089/1094931041291295

Van der Graaff, J., Branje, S., De Wied, M., Hawk, S., & Meeus, W. (2014). Perspective taking and empathic concern in adolescence: Gender differences and developmental changes. *Developmental Psychology, 50*(3), 881–888. https://doi.org/10.1037/a0034325

Van der Graaff, J., Carlo, G., Crocetti, E., & Branje, S. (2018). Prosocial behavior in adolescence: Gender differences in development and links with empathy. *Journal of Youth and Adolescence, 47*(5), 1086–1099. https://doi.org/10.1007/s10964-017-0786-1

Van Geel, M., Vedder, P., & Tanilon, J. (2014). Relationship between peer victimization, cyberbullying, and suicide in children and adolescents: A meta-analysis. *JAMA Pediatrics, 168*(5), 435–442. https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2013.4143